

A nova política curricular brasileira e suas nuances neoliberais

Vitória Marinho Wermelinger¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

BRANCO, Emerson Pereira et al. **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris, 2018.

Tendo como intuito localizar a referenciada reforma curricular no atual cenário nacional, o livro *A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais* teve sua primeira edição publicada em 2018, pela editora Appris. A obra foi escrita pelo autor Emerson Pereira Branco² e as autoras Alessandra de Godoi Branco³, Shalimar Zanatta⁴ e Lucila Nagashima⁵. É apresentado no livro um histórico da intervenção das políticas e agentes neoliberais na elaboração da BNCC e em outros momentos decisivos para o sistema educacional do Brasil. A obra divide-se em cinco capítulos que dão conta de tratar sobre o papel da escola pública, da relevância de se ter um parâmetro curricular nas escolas brasileiras e a relação do neoliberalismo com as políticas educacionais no país. Os autores utilizados como base para a escrita do livro já

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista UENF.

² Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), professor do Programa de Desenvolvimento Educacional - UNICENTRO e professor de Matemática - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná.

³ Doutoranda em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Pedagoga da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

⁴ Graduada em Física - Licenciatura Plena em 1992. Atuou como professora (QPM) do Ensino Fundamental I, II e Médio até 1999. Mestre e doutora na área de Física do Estado Sólido.

⁵ Possui graduação em Química pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (1977), graduação em Ciências de Primeiro Grau pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) (1972), mestrado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2004) e doutorado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2009). Professora aposentada da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Atua como docente no programa de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado acadêmico em formação docente interdisciplinar) nas disciplinas O Ensino de Ciências e os conhecimentos básicos comuns para o ensino-aprendizagem e O ensino de Física e Química na Educação Brasileira.

são um grande convite para quem busca compreender mais do debate sobre políticas educacionais e currículo escolar. Antônio Nóvoa, José Carlos Libâneo, Vera Candau, Tomaz Tadeu da Silva e Jimeno Sacristán são algumas das referências presentes na obra.

Para entendermos mais sobre o currículo, podemos ter como ponto de partida o autor Tomaz Tadeu Silva (2009), que aponta que um dos propósitos do currículo é o de nos ensinar a ser cidadãos, viver em sociedade, nos sociabilizar. Do mesmo modo que qualquer outra prática ou artefato cultural, o currículo nos constrói enquanto sujeitos particulares e específicos. De certo modo, o documento curricular pode ser entendido, enquanto um mecanismo do Estado, para a formação da sociedade que pretende-se produzir. No atual contexto, a educação brasileira enfrenta a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC tem como finalidade a regulamentação de um currículo que seja comum para as redes de ensino, tanto em instituições públicas, como em instituições privadas. Esse documento curricular serve como parâmetro para a formulação dos currículos escolares para os ensinos infantil, fundamental e médio. No entanto, existe um debate extenso acerca da implementação dessa Base Curricular, questionando se o atual sistema educacional brasileiro possui condições de levar adiante essa proposta de normatização curricular.

Entrando de forma mais concisa na obra, o primeiro capítulo do livro, denominado *A Educação e a Sociedade*, expõe como a educação ocupa um papel fundamental na formação da sociedade. O capítulo relata algumas reformas que têm sido enfrentadas pela educação brasileira, o que reflete as mudanças que o contexto neoliberal vem causando no mundo. Neste capítulo são apresentadas algumas das mudanças que estão ocorrendo no sistema de ensino, que são fruto das novas exigências do mercado de trabalho. As autoras apontam que por vezes a escola tem tido dificuldade para se adaptar às novas demandas, uma vez que seu papel de fornecer o acesso ao senso crítico tem cedido espaço para uma fábrica de mão de obra para o novo mercado de trabalho. Essa nova função delegada à escola trabalha pouco a capacidade de reflexão dos estudantes. Este capítulo apresenta o livro e o seu objetivo, que é pensar em como o capital estrangeiro vem interferindo nas reformas da educação brasileira e se a educação brasileira dará conta de todas as mudanças prometidas com a implementação da nova BNCC.

O livro busca trazer reflexões acerca das influências por parte de instituições privadas e de organismos multilaterais que estão presentes no processo, bem como sobre se a implantação de uma BNCC é realmente viável neste momento. As autoras se preocupam em saber se a União conseguirá promover uma educação equitativa em todo o Brasil por meio do Regime de Colaboração, e se as alterações e a promulgação de leis têm proporcionado condições para as mudanças necessárias. Outras questões que vêm a reboque da aprovação da BNCC é o modo como a formação de professores será afetada e se as escolas estarão preparadas para atender o novo ensino médio que está sendo proposto. E não menos importante, será que os alunos realmente terão a liberdade de escolha em seus currículos da forma como está sendo amplamente divulgado?

O capítulo dois, *As Políticas Neoliberais*, se inicia explicando no que consiste o neoliberalismo, para então discorrer sobre como as políticas neoliberais interferem na educação. Essa interferência se dá através de organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). As autoras explicam como a política neoliberal faz um trabalho de base para convencer a sociedade de que o Estado não consegue formar o indivíduo para o atual mercado de trabalho. Com isso abre-se espaço para que o capital privado se aproxime cada vez mais da educação pública. O capítulo também trata sobre como a educação sempre foi uma forma de legitimação das classes dominantes, servindo como um dos meios de perpetuação do domínio da burguesia. Também é aprofundada a discussão sobre a função social e cultural da escola e sobre como a escola, às vezes, encontra dificuldades em acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

De acordo com as autoras, atualmente, a escola possui um certo grau de autonomia, mas ainda está longe de estar protegida das intervenções externas. Um exemplo é a intervenção do grande capital. Neste contexto, o principal papel da escola acaba por ser secundarizado. Dessa forma é sinalizada a problemática que é a escola estar subordinada à economia, pois é preciso compreender que a escola forma para além de mão de obra, um cidadão, um indivíduo. No entanto, a intervenção do Banco Mundial no âmbito educacional se dá no sentido de incentivar uma formação que seja eficiente e adequada às novas necessidades. Esse projeto de formação reflete as perspectivas neoliberais, logo, o aluno é entendido apenas como uma mercadoria. Esse aluno passa

pelo processo educacional apenas para adaptar-se com maior facilidade às novas exigências do mundo do trabalho. Para os neoliberais a educação não passa de uma mercadoria.

O capítulo três, *O Sistema Nacional de Educação*, versa sobre o sistema nacional de educação, a organização da educação nacional, o papel do currículo e do professor no processo de ensino e aprendizagem. Neste capítulo é apresentado o itinerário das investidas da implementação de uma base comum curricular no Brasil e as dificuldades que rondam a implementação dessa base. Também são explicitados importantes marcos para a educação do país: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; o Plano Nacional de Educação e a LDB de 1996. As autoras apontam dificuldades existentes em se propor uma base nacional comum curricular em um país tão diverso quanto o Brasil. Instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, entre outras, vêm colaborando com seus diagnósticos e assistindo os governos de inúmeros países. O que na realidade é um movimento que conduz os sistemas educacionais a modelos de acordo com as filosofias neoliberais. É enfatizado neste capítulo que a educação é uma responsabilidade de Estado e não de governo, porém com a degradação dessa relação a sociedade tende a ver a educação como responsabilidade da filantropia e se faz necessário reverter essa situação. Deixando claro, assim, que é necessário existir um Sistema Nacional de Educação, mas que dê conta de realmente suprir as necessidades de todo um país e não um Sistema genérico que não abranja de fato todas as regiões.

O quarto capítulo do livro traz um amplo debate sobre os processos relacionados às reformas educacionais atuais, a organização dos parâmetros curriculares nacionais e as atuais reformas do ensino médio. Também é trazido um histórico sobre a elaboração da BNCC e as alterações promovidas pela lei nº 13.415/17⁶, bem como um

⁶ A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional” (MEC, 2018). NOVO ENSINO MÉDIO: Perguntas e respostas. Portal Mec, 2017. Disponível

breve debate acerca dos discursos midiáticos sobre a atual reforma educacional. O capítulo traz de forma bem elucidativa o histórico de reformas e reivindicações na educação brasileira desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, perpassando pela lógica de controle político-ideológico por meio da política educacional no período do Estado Novo e a política educacional do período entre 1964 e 1985, correspondente a ditadura militar.

As autoras apresentam o dilema existente no sistema educacional brasileiro que por um lado: via a necessidade da expansão da rede escolar, segundo as exigências da demanda social de Educação pela necessidade de capacitação da mão de obra; e por outro, o Governo priorizava a capitalização e acumulação de recursos para investir. O que implicou em uma lenta expansão do ensino, muito aquém da demanda que o sistema educacional necessitava, não atendendo satisfatoriamente ao sistema econômico, nem à Educação e às questões sociais. Isso acabou gerando uma maior participação e influências do setor externo sob o pretexto de assessoramento e financiamento na área da educação. Alguns exemplos são os acordos do Ministério da Educação (MEC) com o *Agency For International Development*. O capítulo apresenta também outras importantes reformas do sistema educacional que ocorreram posteriormente ao período ditatorial. As autoras explicitam que tais reformas se deram, principalmente, pela crise do capitalismo, pelas novas necessidades oriundas de inovações tecnológicas, pelo fortalecimento do setor internacional e por outros fatores importantes que ocasionaram maior participação do setor privado em segmentos anteriormente considerados de exclusiva atuação do Estado.

O capítulo cinco, as *Considerações Finais*, destaca que o sistema educacional, bem como as escolas, encontram problemas em superar suas dificuldades justamente por não conhecê-las. A falta de recursos e o fato de, na maioria das vezes, as reformas educacionais serem elaboradas pela ótica da elite e de grupos dominantes que distorcem o real papel da escola, também são pontos relevantes. A nova Base Nacional Comum Curricular não foge a essa regra, sendo uma reforma verticalizada, carente de discussão

em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

e participação das comunidades escolares. As autoras enfatizam que a ideia de Base Nacional Comum Curricular possui aspectos positivos e se faz necessária para um melhor funcionamento e organização da educação básica, como o previsto pela Constituição Federal de 1998 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Todavia, não se deve ter a visão utópica e ingênua de que somente a implementação da Base será o suficiente para garantir a melhora da qualidade da educação no Brasil.

O livro contribui muito para a localização do leitor no debate acerca das reformas educacionais que ocorreram no Brasil com o passar dos anos, mostrando que as políticas neoliberais e as mudanças no mercado de trabalho são fatores que influenciam de forma direta na elaboração dessas reformas. A obra sinaliza como o currículo, de certa forma, é responsável por constituir e posicionar o sujeito, de modo a legitimar e validar os conhecimentos necessários para a formação dos indivíduos, definindo até mesmo parâmetros do que é moral e correto. Outro ponto muito interessante da obra é como o papel do professor e da escola é bem trabalhado no decorrer dos capítulos, convidando o leitor a refletir sobre como a aplicação das reformas educacionais e curriculares dependem dos recursos e condições que os educadores e a escola, propriamente dita, possuem para concretizá-las. Uma observação relevante sobre o livro é o fato de que a obra traz um retrato muito realista sobre como sistema educacional brasileiro vem se desenvolvendo com o passar dos anos e com as transições políticas que se deram no país. A obra é recomendada principalmente para professores e estudantes de licenciaturas, tendo em vista a importância de se conhecer os processos enfrentados pelo sistema educacional brasileiro nas últimas décadas, e por serem os principais afetados pelas reformas educacionais e curriculares.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.